



CÓD: OP-065AB-23  
7908403535125

# **FORTALEZA-CE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
DO ESTADO DO CEARÁ**

**GABARITANDO**

450 Questões Gabaritadas

Guarda Municipal

**CADERNO DE QUESTÕES**

## ***Caderno de Questões***

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Raciocínio Lógico .....	65
3. Noções de Informática .....	75
4. Noções de Direito Administrativo .....	99
5. Noções de Direito Constitucional e Direitos Humanos .....	109
6. Noções de Direito Penal e Processo Penal.....	125
7. Legislação Extravagante .....	141

---

mílias”, da Zagodoni Editora, em entrevista ao “Saia Justa”, chama o fenômeno de pedocracia e nos dá algumas orientações.

“A pedocracia é alimentada pela idealização da maternidade. Qual é o ideal que temos da maternidade? O de uma mãe que abre a mão da sua vida para se dedicar ao filho. Por que as mães embarcam na idealização, por que se sentem santas mães proibidas de ter raiva, de perder a paciência? Aí vem uma culpa fenomenal. Acima da dor dela, tem o que ela aprendeu, que é a suprema felicidade e bem-estar do seu filho”, explica a especialista.

Segundo ela, na atual cultura de idolatração dos filhos, eles precisam se sentir amados pelos pais. “E eles dizem que ‘se não dermos alguma coisa a eles, eles ficam chateados e dizem que não amam a gente’. É uma inversão total de valores”, reforça Neder.

“É mais fácil deixar a criança ser rei. É mais fácil do que aguentar o chique. Dá trabalho educar. Para evitar isso, querem tudo do jeito e na hora delas. Se você não estabelece desde o início, tentar estabelecer depois fica complicado”, sugere.

“O processo de mudança nos conceitos de família, iniciado no século XVIII por Jean-Jacques Rousseau, chegou ao século XX com a ‘religião da maternidade’, em que o bebê é um deus e a mãe, uma santa. Instituiu-se o que é uma boa mãe sob a crença de que ela é responsável e culpada por tudo que acontece na vida do filho, tudo que ele faz e fará. Muitos afirmam que a mulher venceu, pois emancipou-se e foi para o mercado de trabalho, mas não: é a criança que entra no século XXI como a vitoriosa. Esta é a semente da infantolatria”, elucida a especialista.

A definição de infantolatria por Marcia Neder consiste em “a instituição da mãe como súdita do filho e o adulto se colocando absolutamente disponível para a criança”. E Exime<sup>1</sup> a criança de qualquer responsabilidade sobre o seu comportamento: “Um bebê não tem poder para determinar como será a dinâmica familiar. Se isso acontece, é porque os pais promovem”.

Ainda reforça: na fase adulta, esse filho cobrará dos pais. “Ele olhará ao redor e verá outras pessoas se realizando independentemente dele. A criança que acha que o mundo tem que parar para ela passar não consegue imaginar isso acontecendo e não está preparada para lidar com a menor das frustrações. Em algum ponto, acusará os pais de terem sido omissos”.

Disponível em: <https://www.revistapazes.com> – Texto adaptado.

Considere as afirmativas a seguir:

Otávio Luíz foi \_\_\_\_\_ na prova do ENEM.

Hoje tive um \_\_\_\_\_ presságio.

Antônio padece de um \_\_\_\_\_ incurável.

Assinale a alternativa que preencha as respectivas lacunas de acordo com a grafia correta.

- (A) mal – mau – mal
- (B) mau – mal – mau
- (C) mal – mal – mau
- (D) mau – mau – mal
- (E) mal – mal – mal

3. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Administrativa/Analista Administrativo/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

### **Polarização política é obstáculo para cobertura ambiental no jornalismo**

Uma pesquisa recente do instituto Pew Research Center mostrou que a vasta maioria dos americanos apoia novas medidas de combate ao aquecimento do planeta.

Mais de dois terços são a favor de incentivos para o uso de veículos elétricos ou híbridos e da criação de impostos para corporações com base em suas emissões de carbono. Nova regulação obrigando o aumento do uso de energia de recursos renováveis teria o apoio de 72%, e 79% favorecem incentivos fiscais do governo para ajudar empresas em projetos de captura e armazenamento de carbono.

A preocupação com o ambiente vem crescendo na última década e, em junho, uma pesquisa da empresa YouGovAmerica revelou que hoje 56% da população se identifica como “ambientalista”. **Então, por que só 30% dos americanos se dizem interessados em acompanhar notícias sobre o meio ambiente?**

A polarização política nos EUA - e também a corrupção de políticos comprados por interesses especiais - ajuda a explicar como o país está rachado ao meio no apoio à encolhida agenda ambiental de Joe Biden, que sofre assaltos não só de ultraconservadores na Suprema Corte como do próprio partido. O senador Joe Manchin, da Virgínia Ocidental, vendido ao *lobby* do carvão, quase matou um pacote legislativo ambiental ligado ao plano BBB (Build Back Better) antes de voltar atrás nesta quarta (27).

É difícil manter a atenção do público já assediado por más notícias sobre economia e saúde com previsões apocalípticas. Mas os desinformados, consumindo uma dieta negacionista como a servida nos EUA pela Fox News, não são os maiores responsáveis pela falta de apoio ao combate ao aquecimento global; são os narradores da mídia que tratam a ciência como ideologia.

A agência federal de ambiente dos EUA foi criada por Richard Nixon, um conservador cristão. O correspondente do setor da rede CNN comparou recentemente os âncoras da rede de Rupert Murdoch a sabotadores que bloqueiam a saída de um teatro pegando fogo.

Se o jornalismo quer ser tratado como serviço público, cabe ao jornalismo contribuir melhor para desembaralhar a falácia de que a ciência ambiental é “de esquerda”. Se no primeiro semestre de 2020 a catástrofe da pandemia jogou repórteres de todos os setores na cobertura de um vírus, chegou a hora de parar de setorizar a reportagem de ambiente.

Toda a cobertura tem um aspecto ambiental num mundo em que eventos relacionados ao clima já matam 5 milhões por ano e devastam economias de qualquer porte.

Um obstáculo evidente é que a reportagem científica requer um grau maior de especialização. Outro é articular melhor o relato de fatos no contexto da destruição ambiental. O comentarista financeiro que descreve só as cifras quando o governo precisa intervir no mercado de seguros da Luisiana porque as tempestades e os furacões tomaram 600 mil residências inafiançáveis não deve omitir como a ciência explica a debacle econômica.

A narrativa ambiental nunca teve à disposição tantas notícias promissoras com o progresso científico na proteção ambiental. Equilibrar o noticiário entre os sacrifícios e as recompensas é um poder que o jornalismo tem de resgatar a ciência refém dos autocratas populistas.

(Lúcia Guimarães. <https://www1.folha.uol.com.br/coluna/lucia-guimaraes/2022/07/polarizacao-politica-e-obstaculo-para-cobertura-ambiental-no-jornalismo.shtml> Folha de S.Paulo, 27.jul.2022)

*Então, por que só 30% dos americanos se dizem interessados em acompanhar notícias sobre o meio ambiente?*

No período acima, empregou-se corretamente uma das formas do porquê.

Assinale a alternativa em que isso NÃO tenha ocorrido.

- (A) Por que só 30% dos americanos estavam interessados, deve-se descartar a abordagem?
- (B) Os americanos debatiam somente os assuntos por que se Interessavam.
- (C) Os americanos comentavam os temas por que, durante muito tempo, a população se interessava.
- (D) Os americanos só queriam entender por quê, mas não havia quem lhes explicasse.
- (E) Por que os americanos não se interessavam por notícias ambientais, mas adoravam noticiário esportivo?

4. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Administrativa/Analista Administrativo/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)



([https://rosearaujocartum.blogspot.com/search/label/lscola... %20o%20Crime](https://rosearaujocartum.blogspot.com/search/label/lscola...%20o%20Crime))

Na primeira fala da tirinha, “porque eu bati no colega” constitui uma

(A) causa.

III. De regra, a atividade legislativa concentra-se nos órgãos do Poder Legislativo, sem exceções.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

4. IDECAN - Sold (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

No Direito Administrativo, há diversos princípios explícitos e implícitos que regem a atuação da Administração Pública.

Dentre eles, destaca-se determinado princípio por impedir que o administrador cause prejuízo aos cofres públicos através da concessão indevida de descontos ou benefícios financeiros a particulares.

Nesse caso, trata-se do princípio do(a):

- (A) publicidade.
- (B) reserva legal.
- (C) menor prejuízo.
- (D) supremo interesse público.
- (E) indisponibilidade do interesse público.

5. IDECAN - Sold (PM CE)/PM CE/2023

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

São considerados exemplos de princípios aplicáveis à Administração Pública:

- I. princípio da proporcionalidade.
- II. princípio da indisponibilidade do interesse público.
- III. princípio do julgamento subjetivo.
- IV. princípio da oficialidade.
- V. princípio da verdade absoluta.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I e II.
- (D) I, II, IV e V.
- (E) II, III e IV.

6. IDECAN - ST (PM CE)/PM CE/Oficial Combatente/2023

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

No que diz respeito aos princípios da Administração Pública, considere as situações apresentadas na coluna 1 e ligue acertadamente ao princípio correspondente:

I. Os agentes da Segurança Pública devem orientar sua conduta nos preceitos éticos, distinguindo o que é honesto e desonesto.

II. Os atos da Administração Pública devem ser amplamente divulgados, a fim de propiciar a possibilidade de os administrados controlarem a atividade dos agentes administrativos.

III. Ao particular é permitido fazer tudo que a lei não proíbe e a Administração só pode fazer o que a lei permite.

IV. A Administração deve conduzir sua gestão visando obter resultados práticos de produtividade e redução de desperdícios.

V. As campanhas dos órgãos públicos não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

- A) Impessoalidade
- B) Eficiência
- C) Legalidade
- D) Moralidade
- E) Publicidade

Feito isso, indique a sequência correta:

- (A) I-A; II-B; III-C; IV-D; V-E
- (B) I-D; II-B; III-C; IV-A; V-E
- (C) I-D; II-E; III-C; IV-B; V-A
- (D) I-C; II-E; III-A; IV-D; V-B
- (E) I-B; II-A; III-D; IV-C; V-E

7. IDECAN - Of (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Os cinco princípios básicos da Administração Pública estão presentes no artigo 37 da Constituição Federal -1988 e condicionam o padrão que as organizações administrativas devem seguir. São eles

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) variações, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) proteção, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

(D) impessoalidade, moralidade, publicidade, processos e concorrência.

(E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e ação organizacional.

8. IDECAN - Asst (IF PA)/IF PA/Administração/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Na Administração Pública, determinados princípios constitucionais proíbem a contratação de parentes próximos pelos gestores públicos, evitando que os órgãos públicos sejam lotados de apadrinhados políticos, bem como tornando a atividade administrativa mais profissional.

No caso, estamos nos referindo aos princípios da

(A) legalidade, publicidade e isonomia.

(B) moralidade, impessoalidade e isonomia.

(C) legalidade, pessoalidade e moralidade.

(D) isonomia, razoabilidade e publicidade.

9. IDECAN - Asst (IF PA)/IF PA/Administração/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Analise as afirmativas a seguir sobre o princípio da eficiência na Administração Pública:

I. Na gestão pública, a eficiência deve ser buscada em todas as ações dos gestores, ainda que não se consiga atingir a efetividade ou a eficácia.

II. O princípio da eficiência está expresso na Constituição Federal, daí a sua importância para guiar as decisões tomadas pela Administração Pública em prol da coletividade.

III. Uma das formas de ineficiência é se fazer menos com mais recursos públicos.

É correto o que se afirma

(A) apenas em I.

(B) apenas em I e II.

(C) apenas em II e III.

(D) em I, II e III.

10. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Judiciária/Analista Judicial/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Assinale a alternativa correta em relação aos princípios administrativos.

(A) Os princípios da moralidade e da impessoalidade são princípios constitucionalmente explícitos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.

(B) Os princípios da oficialidade e do interesse público são princípios constitucionalmente explícitos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.

(C) Os princípios da legalidade e publicidade são princípios constitucionalmente implícitos que não estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.

(D) O princípio da razoabilidade e proporcionalidade são princípios constitucionalmente explícitos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.

(E) Os princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade são princípios constitucionalmente explícitos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.

11. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Judiciária/Oficial de Justiça e Avaliador/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Em relação aos princípios administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) Os princípios da oficialidade e do interesse público são princípios administrativos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição Federal.

(B) Os princípios da impessoalidade e legalidade são princípios administrativos constitucionalmente explícitos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição Federal.

(C) Os princípios da publicidade e eficiência são princípios administrativos constitucionalmente implícitos que não estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição Federal.

(D) Os princípios da motivação e da segurança jurídica são princípios administrativos constitucionais que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição Federal.

(E) Os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da indisponibilidade são princípios norteadores do direito administrativo que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.

12. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Analise as afirmativas a seguir, a respeito de eficiência, eficácia e efetividade no setor público:

I. No setor público, o eficaz é aquilo que tem bastante efetividade sem tanta eficiência.

II. O gestor público será considerado eficiente se, por exemplo, reduzindo os custos, conseguir o mesmo fim.

5. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio ou a Automutilação (art. 122 do CP)

Tassiana, com o objetivo de induzir Rogério a praticar suicídio, diz-lhe que os problemas pelos quais ele passa não têm solução e que apenas a morte daria o conforto necessário, entre outras afirmações. Efetivamente induzido pelas palavras de Tassiana, Rogério, com intenção de suicidar-se, atira-se da janela de seu apartamento, localizado no terceiro andar de um prédio residencial. Ocorre que a queda de Rogério é amortecida pelo toldo do apartamento de baixo, bem como pela rede de proteção do edifício, que estava passando por obras na fachada. Rogério sofre apenas lesões corporais de natureza leve. Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- (A) Tassiana responderá por tentativa de homicídio.
- (B) Tassiana responderá por tentativa de induzimento ou instigação ao suicídio.
- (C) Tassiana responderá por lesão corporal dolosa.
- (D) Tassiana responderá por induzimento ou instigação ao suicídio na modalidade consumada.
- (E) Tassiana não responderá por crime algum.

6. IDECAN - Med PLeg (PEFOCE)/PEFOCE/Patologia/2021

Assunto: Infanticídio (art. 123 do CP)

A respeito do crime de infanticídio, assinale a alternativa correta.

- (A) É o crime praticado causando morte da criança pelos pais.
- (B) É o crime caracterizado pela existência de múltiplas lesões em diferentes fases de consolidação.
- (C) É o crime que caracteriza maus-tratos.
- (D) Não necessariamente é causado por asfixia, sendo na maioria das vezes causado por ação contundente.
- (E) É condicional a ter sido causado pela mãe em estado puerperal.

7. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Judiciária/Oficial de Justiça e Avaliador/2022

Assunto: Aborto provocado por terceiro (arts. 125 a 128 do CP)

O Código Penal, nos crimes descritos nos artigos 124, 125 e 126, tipificou a prática do delito de aborto. A doutrina conceitua o delito de aborto como a interrupção do processo da gravidez, desde a implementação do óvulo no útero até o início do parto.

Acerca do delito de aborto, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Não há previsão na legislação penal da prática de aborto na forma culposa.
- (B) Não se pune o aborto praticado por médico se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.
- (C) Não há previsão nas legislações penal e processual penal sobre a formalização judicial nas denominadas hipóteses de aborto legal.
- (D) As penas cominadas nos artigos mencionados no enunciado são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave.
- (E) O crime de aborto pode ser praticado da forma omissiva - omissão imprópria.

8. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Apoio Especializado/Psicólogo/2022

Assunto: Das lesões corporais (art. 129 do CP)

O Código Penal conta com dispositivo cuja finalidade é coibir a violência doméstica, entendida esta como a prática do delito de lesão corporal contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade (Art. 129, § 9º, do Código Penal).

Sobre essa norma, é correto afirmar que

- (A) a lesão imposta é de natureza unicamente leve, dando margem a um tipo qualificado, mas não pelo resultado.
- (B) a qualificadora da violência doméstica pode ser aplicada aos casos de lesão corporal culposa.
- (C) a qualificadora da violência doméstica pode ser aplicada aos casos de vias de fato.
- (D) a qualificadora da violência doméstica não pode ser aplicada aos casos de parentalidade socioafetiva.
- (E) a qualificadora da violência doméstica pode ser aplicada a todas as relações de convivência cotidiana.

9. IDECAN - Per Leg (PEFOCE)/PEFOCE/Odontologia/2021

Assunto: Das lesões corporais (art. 129 do CP)

As lesões corporais descritas nos incisos do §1º do art. 129 do Código Penal, prevendo pena de reclusão de 1 a 5 anos em razão dos resultados (incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; e/ou aceleração do parto), são consideradas lesões corporais de natureza

- (A) leve.
- (B) média.
- (C) grave.
- (D) gravíssima.
- (E) levíssima.

10. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Da periclitacão da vida e da saúde (arts. 130 a 136 do CP)

Jéssica, 19 anos, mãe solo de Brian, 2 anos, após colocar o filho para dormir e, certificando-se de que a criança estava em sono profundo, sai de casa deixando o menor sozinho para ir a uma festa. Infelizmente, enquanto Jéssica estava fora de casa, a residência pega fogo e Brian morre carbonizado.

Nessa hipótese, assinale a alternativa que corresponde à responsabilidade penal de Jéssica.

- (A) homicídio praticado com dolo eventual
- (B) abandono de incapaz qualificado pelo resultado morte
- (C) homicídio culposo
- (D) omissão de socorro
- (E) infanticídio

11. IDECAN - Of (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Dos crimes contra a honra (arts. 138 a 145 do CP)

Para vingar a perda de uma aposta de jogo, Marcos começou a espalhar pela cidade de Campo Grande que o vultoso patrimônio do policial Jeová era decorrente do recebimento de propinas nas licitações realizadas pelo Batalhão da PM, mesmo sabendo que ele era casado com a médica mais rica do Mato Grosso do Sul. Nesse caso, é possível afirmar que Marcos praticou, em tese, o crime de:

- (A) injúria.
- (B) calúnia.
- (C) difamação.
- (D) denúncia caluniosa.
- (E) perjúrio.

12. IDECAN - Of (PM MS)/PM MS/2022  
Assunto: Dos Crimes contra a Liberdade Pessoal (arts. 146 a 149 do CP)

P3 – DIREITO PENAL E DIREITO PENAL MILITAR

Dois criminosos resolveram assaltar uma agência bancária na cidade de Dourados. Ao ingressarem no local, fizeram de refém um policial da reserva de 68 anos, confundindo-o com o gerente do Banco. Na fuga, houve intensa troca de tiros, mas os criminosos conseguiram se evadir do local com o policial, o qual, horas depois, acabou sendo libertado pela polícia. Com base nos fatos narrados, assinale a alternativa correta:

- (A) Como a vítima tinha mais de 60 (sessenta) anos, será maior a pena de reclusão relativa ao crime de seqüestro consumado.
- (B) Os criminosos responderão pelos crimes de furto qualificado e cárcere privado, sendo este na forma tentada.
- (C) O policial foi vítima do crime de homicídio, na forma tentada, enquanto o Banco foi vítima do crime de roubo, na forma consumada.
- (D) Houve a prática do crime de extorsão mediante seqüestro.
- (E) Os criminosos responderão por tentativa de crime contra a vida do policial e de todos os presentes na agência bancária.

13. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/Judiciária/Analista Judicial/2022

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

O roubo simples, a extorsão simples e a omissão de socorro são classificados, respectivamente, como crime

- (A) material, formal, formal.
- (B) material, material, formal.
- (C) material, formal, de mera conduta.
- (D) formal, material, de mera conduta.
- (E) material, de mera conduta, de mera conduta.

14. IDECAN - Insp PC CE/PC CE/2021

Assunto: Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Considere que Fernando, penalmente imputável de 25 anos, com consciência e vontade, instigue e induza Camilo, penalmente inimputável de 15 anos, a praticar ato infracional análogo ao delito de roubo. Relativamente à responsabilização de Fernando no tocante ao roubo, assinale a alternativa correta.

- (A) Responderá como coautor de delito de roubo.
- (B) Não responderá criminalmente pelo roubo.